



Prefeitura de Goiânia
Procuradoria Geral do Município
Gabinete do Procurador Geral

PORTARIA Nº 38, 11 DE NOVEMBRO DE 2022

Regulamenta a concessão de Adicional de Produtividade e Qualidade a Procuradores do Município que desempenhem atividades extraordinárias

A **PROCURADORA-GERAL DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA**, no uso de suas atribuições legais, previstas nos Art. 43 e inciso VI do Art. 64, da Lei Complementar nº. 335, de 01 de janeiro de 2021, inciso V e IX do Art. 11 do Decreto 245 de 15 de janeiro de 2021,

Considerando a publicação da Lei Complementar nº 353/2022, que alterou dispositivos da Lei Complementar nº 313/2018, que dispõe, dentre outros, sobre o Plano de Carreira e Vencimentos de Procurador do Município;

Considerando que o art. 9º da Lei Complementar nº 353/2022 alterou o art. 31 da Lei Complementar nº 313/2018 para adotar o regime de subsídio como remuneração dos Procuradores do Município de Goiânia;

Considerando a previsão do art. 31, §1º, inciso IV da Lei Complementar nº 313/2018 que prevê expressamente a possibilidade de percepção adicional pela prestação de serviço extraordinário juntamente com a percepção da remuneração do cargo em regime de subsídio;

Considerando o disposto na Lei Complementar nº 350/2022, que alterou a Lei Complementar nº 11/1992 incluindo, dentre outros, os arts. 85-A e 85-B, que dispõem sobre o Adicional de Produtividade e Qualidade;

Considerando o Parecer nº 392/2022-PGM/PEAA (processo SEI nº 22.5.000007466-7), que concluiu pela possibilidade de pagamento do Adicional de Produtividade e Qualidade, em conjunto com o subsídio, em razão do desempenho de atividades extraordinárias, quais sejam, as que ultrapassam as atribuições típicas do cargo;

Considerando a publicação do Decreto nº 4.456, de 09 de novembro de 2022, que alterou o Decreto nº 2.282, de 18 de maio de 2022, para fixar o quantitativo de 17.673 Unidades Padrão de Vencimento - UPV's para a Procuradoria-Geral do Município;

Considerando a necessidade de regulamentar os procedimentos internos para concessão do Adicional de Produtividade e Qualidade a Procuradores do Município que comprovem o exercício de atividades extraordinárias às atribuições típicas do cargo;

RESOLVE:

Art. 1º Os Procuradores do Município que exerçam, no âmbito do serviço público municipal e conforme designação do Gabinete da Procuradora-Geral, atividades extraordinárias às atribuições típicas do cargo deverão apresentar relatório mensal de produtividade com a indicação e a descrição das atividades realizadas durante o mês de referência.

§1º Considera-se desempenho de atividades extraordinárias a realização de encargos especiais, não incluídos no rol de atribuições normais e típicas do cargo, em caráter temporário, que demande dedicação suplementar e diferenciada do Procurador em relação aos demais, tais como a participação em comissões de sindicância; desenvolvimento de projetos de interesse da administração municipal por determinação do Gabinete da Procuradora-Geral; participação em reuniões ou prática de atos que não tenham como objeto as atribuições ordinárias à sua lotação, dentre outros.

Art. 2º O relatório mensal, elaborado conforme modelo anexo à PORTARIA PGM Nº 10/2022, deverá ser enviado até o primeiro terceiro útil do mês subsequente ao do desenvolvimento da atividade através do sistema SEI para a unidade PGM/ASSJUG, para fins de avaliação por parte do Gabinete da Procuradoria-Geral do Município, conforme critérios estabelecidos em lei.

Art. 3º Não farão jus à percepção de UPV's os Procuradores do Município que já sejam remunerados pelas atividades extraordinárias desenvolvidas ou para as quais haja previsão normativa que expressamente vede a remuneração das atividades.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, aplicando-se às atividades desenvolvidas a partir de 1º de novembro de 2022.

Goiânia, 11 de novembro de 2022.

TATIANA ACCIOLY FAYAD
PROCURADORA-GERAL DO MUNICÍPIO



Documento assinado eletronicamente por **Sávio Hercílio Vieira Torres, Assessor Jurídico do Gabinete**, em 22/11/2022, às 08:57, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Tatiana Accioly Fayad, Procuradora Geral do Município**, em 22/11/2022, às 10:23, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **0642945** e o código CRC **0E2A86FC**.

Avenida do Cerrado, 999, APM-09, Bloco F, 1º andar
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 22.6.000012982-5

SEI Nº 0642945v1